



Torres Vedras
.....
Câmara Municipal

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE
APTIDÃO TURÍSTICA DA MACEIRA E ÁREA
ENVOLVENTE**

DISCUSSÃO PÚBLICA

RESUMO NÃO TÉCNICO

Janeiro de 2011

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PLANO DE
PORMENOR DA ÁREA TURÍSTICA DA MACEIRA E ÁREA
ENVOLVENTE
DISCUSSÃO PÚBLICA
RESUMO NÃO TÉCNICO

FICHA TÉCNICA

Núcleo de Coordenação:

Arq. Paisagista Inês Gonçalves

Arq. Paisagista Jorge Cancela

Equipa:

Arq. Paisagista Inês Gonçalves

Componentes Ordenamento do Território, Estrutura Ecológica, Paisagem

Prof. Paulo Flores, Licenciado em Geografia,

componente de Sócio-economia

Eng^ª. do Ambiente Carla Antunes,

Componentes de Qualidade Ambiental e de Riscos Ambientais

Í N D I C E

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	OBJECTIVOS E METODOLOGIA DA AA(E)	3
3.	DESCRIÇÃO DO OBJECTO DE AVALIAÇÃO	7
4.	FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)	9
5.	AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA	9
5.1	ANÁLISE TENDENCIAL	11
5.2	AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE OPORTUNIDADES E RISCOS E RECOMENDAÇÕES DE PLANEAMENTO	14
5.3	MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES DE MONITORIZAÇÃO	19
5.4	QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A ACÇÃO	24
6.	CONCLUSÃO	25

1. INTRODUÇÃO

Na sequência da elaboração do Plano de Pormenor da Área Turística da Maceira (PPATM) e da publicação do Decreto-Lei 316/2007, de 19 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, que introduz alterações no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) estabelecido pelo Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro, e que o republica, torna-se necessário elaborar um "Relatório Ambiental", no qual se *"identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa, as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objectivos e o âmbito de aplicação territorial respectivos"* – alínea b) do Artigo 92º do Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro

O Decreto-Lei n.º232/2007, de 15 Junho *"estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as directivas n.ºs 2001/42/CE, do parlamento Europeu e do Concelho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE do Parlamento Europeu e do Concelho, de 26 de Maio"*.

O presente documento constitui o Resumo Não técnico do processo de Avaliação Ambiental (AA) do PPATM, de acordo com o ponto 9, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º232/2007, de 15 Junho.

2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA DA AA(E)

A orientação dada pelo preâmbulo do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de Junho refere que *"a Avaliação Ambiental de planos e programas pode ser entendida como um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, que se destina a incorporar uma série de valores ambientais nessa mesma decisão."*

O grande objectivo destes instrumentos é assim estabelecer um nível elevado de protecção do ambiente e contribuir para uma melhor sustentabilidade da gestão urbana e do processo de decisão, integrando as preocupações ambientais, sociais, económicas, políticas e institucionais nas diversas fases de preparação de determinados planos e programas.

Por uma questão de boa prática, a avaliação ambiental dos planos e programas deverá influenciar a forma como os próprios planos e programas são elaborados. Enquanto um plano ou programa se encontra em elaboração poderá ser mais fácil excluir os elementos susceptíveis de provocarem efeitos indesejáveis no ambiente, do que depois aqueles estarem concluídos.

Este é um processo contínuo e sistemático de avaliação da sustentabilidade ambiental que deverá decorrer simultaneamente com o procedimento de elaboração de um plano ou programa, devendo identificar, descrever e avaliar eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação desse plano ou programa.

A metodologia de elaboração da avaliação ambiental do PPATM, integra as seguintes fases principais:

1ª Fase – Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental (fase anterior). Desta fase resultou um Relatório de Factores Críticos para a Decisão que foi sujeito a apreciação das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) (nº 3 do Artigo 5º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho). No âmbito desta consulta, foram consultadas as entidades CCDR-LVT, INCB, INAG, ARH-Tejo, das quais pronunciaram-se a CCDR-LVT, a ARH-Tejo e a ARS.

2ª Fase - Análise, Avaliação e preparação do Relatório Ambiental. Esta fase deverá compreender a utilização de cenários de futuro, possíveis de desenvolvimento, a consideração de opções e alternativas para atingir os objectivos propostos, a definição de critérios de avaliação e selecção de indicadores que permitam avaliar cada FCD, a avaliação e comparação de opções que permitam escolhas, a avaliação de oportunidades e riscos, bem como a avaliação de pontos fortes e fracos e a proposta de directrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação.

Os cenários de futuro, possíveis de desenvolvimento, que tiveram um papel central na identificação e avaliação das questões estratégicas, que se propõe utilizar foram os seguintes:

- Cenário 1: Avaliação da situação actual na área do PPATM, onde se procederá a uma breve caracterização ambiental da situação existente, e à

avaliação das tendências evolutivas expectáveis caso não se implemente o PPATM;

- Cenário 2: Avaliação das tendências evolutivas expectáveis decorrentes da implementação do PPATM, considerando as diferentes opções e alternativas de planeamento e ocupação do solo.

Desta segunda fase deverá resultar um Relatório Ambiental, onde se integrará não só a síntese da análise e avaliação, reunindo e integrando todos os FCD em relação à avaliação das oportunidades e riscos (efeitos significativos de natureza estratégica) e directrizes, incluindo os contributos do envolvimento das autoridades e dos agentes interessados, realizado antes e durante a análise e avaliação, como também as conclusões para a decisão relativamente aos questões estratégicas do PPATM que melhor integram as questões ambientais e de sustentabilidade, bem como as directrizes a seguir e as medidas de controlo a serem aplicadas em fase de seguimento.

Etapa 1 – Elaboração do Relatório Ambiental Preliminar

O Relatório Ambiental irá constituir o documento síntese de todo o processo de AAE do PPATM e deverá identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação deste PP, bem como as alternativas razoáveis que tenham em conta os objectivos e o âmbito de aplicação territorial respectivos. Na elaboração deste Relatório Ambiental preliminar deverão ser considerados os comentários/observações pertinentes para o desenvolvimento do PP, dados pelas entidades consultadas na Fase 1 da AAE.

Os conteúdos e a metodologia a seguir para a elaboração do Relatório Ambiental terão em consideração o disposto no DL n.º 232/2007, de 15 de Junho, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas nos 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio. O procedimento de aprovação do Relatório Ambiental seguirá, todavia, o regime procedimental decorrente dos artigos 74.º e seguintes e artigo 151.º-A do DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção actualmente em vigor que lhe foi conferida pelo DL n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro e pelo DL n.º 181/2009, de 7 de Agosto.

Assim, ultrapassada a fase inicial de delimitação do âmbito da avaliação ambiental e delimitação do alcance da informação a incluir no relatório ambiental, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, segue-se a elaboração do relatório ambiental, que acompanhará os demais elementos do plano de pormenor, quando do seu envio para parecer na conferência de serviços a que se refere o artigo 75.º-C/3 do citado DL n.º 380/99.

Etapa 2 – Consulta de Entidades e Consulta Pública

Antes da aprovação do PP e do respectivo Relatório Ambiental preliminar, deverá ser promovida a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja susceptível de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do PPATM. Posteriormente deverá ser promovida a consulta pública.

Etapa 3 – Elaboração do Relatório Ambiental Final

O Relatório Ambiental final deverá ser elaborado após a conclusão da consulta pública e após a recepção dos contributos das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja susceptível de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do PPATM. Este relatório consistirá numa versão revista do relatório ambiental preliminar, devendo incluir os contributos recebidos, aquando da consulta pública e da consulta às entidades interessadas, desde que considerados pertinentes.

3ª Fase – Elaboração da Declaração Ambiental. Após a aprovação do PPATM será elaborada uma Declaração Ambiental, da qual conste:

- A forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no PPATM;
- As observações apresentadas durante a consulta pública e os resultados da respectiva ponderação;
- As razões que levaram à aprovação do PPATM, em prol de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo previstas.

A Declaração Ambiental será posteriormente enviada à Agência Portuguesa do Ambiente e disponibilizada ao público, para consulta.

4ª Fase – Seguimento. A execução do PPATM, incluindo na sua vertente de compatibilização com Relatório Ambiental será implementada e avaliada em

conformidade com os mecanismos de avaliação constantes dos artigos 144.º e seguintes do citado do DL n.º 380/99.

Esta fase consiste no desenvolvimento de um programa de seguimento, onde deverão constar directrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação da implementação do PPATM. Deverá ainda constar desta fase a definição das formas de acompanhamento público e envolvimento de entidades competentes e agentes interessados para acompanhar o processo de implementação do PPATM.

Desta fase deverá resultar um programa de acção para a gestão ambiental e de sustentabilidade da estratégia, que deverá incluir indicadores operacionais, medidas de gestão ambiental e de sustentabilidade, e um quadro institucional articulado com o quadro de governança da implementação do PPATM.

3. DESCRIÇÃO DO OBJECTO DE AVALIAÇÃO

A presente fase corresponde à Proposta de Plano do Plano de Pormenor da Área Turística da Maceira (PPATM). A área de intervenção do PPATM localiza-se no concelho de Torres Vedras, freguesias de Maceira e Á dos Cunhados com uma área de 161,60ha.



Figura 1 - Localização da área de intervenção do PPATM

A área de intervenção localiza-se junto ao litoral e corresponde à UOPG 2 definida no Plano Director Municipal de Torres Vedras (PDMTV) foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 144/2007 de 2 de Agosto de 2007, e publicado na 1.ª Série do

Diário da República n.º 186 de 26 de Setembro de 2007, iniciando-se a sua vigência em 26 de Outubro de 2007.

De acordo com os Termos de Referência para elaboração do Plano, O PPATM deverá ser pensado e coordenado com o outro Plano de Pormenor que abrange a UOPG01 que é coincidente com a UOPG15 do POOC. Estando estas áreas definidas e regulamentadas associadas a um terreno que na sua maior parte pertence a um único proprietário, criam-se as condições para o PPATM poder ser concretizado.

Sendo a base programática e objectivos do mesmo “reconverter e dinamizar” estes territórios nas seguintes áreas:

- Turismo
- Desporto
- Lazer
- Saúde
- Habitação
- Ambiente
- Cultura
- Emprego

Tratando-se de um “plano multivalenciado funciona como um todo, sendo uma mais valia para a região” onde “todas as intervenções são fundamentais para a sua realização”.

O PPATM tem assim como objectivo subjacente responder às seguintes três questões estratégicas:

- Valorizar e complementar os usos e equipamentos de oferta turística associados ao Hotel Golf Mar (nomeadamente campo de Golfe centro hípico) no sentido de criar um pólo de desenvolvimento económico e social no contexto da região oeste.
- Criar condições de valorização e preservação de comunidades naturais integrados na rede Natura 2000.
- Criar um pólo urbano e residencial associado ao aglomerado urbano préexistente (Maceira) que alivie pressões construtivas em zonas de maior risco geológico ou fragilidade de habitats em áreas naturais

4. FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)

Após a análise integrada dos componentes de base estratégica resultou a identificação dos FCD. Os FCD correspondem aos temas focais de análise que constituem a estrutura fundamental da avaliação ambiental estratégica do PPATM.

O Quadro 1 apresenta os FCD, e a respectiva descrição sumária delimita o seu âmbito geral e os seus objectivos.

Quadro 1.1 – Descrição dos FCD

FCD	DESCRIÇÃO
DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO	Avaliar o contributo da proposta do PPATM, a nível da coesão social, melhoria da qualidade de vida da população, reforço da atractividade turística e fixação de actividades económicas.
ORDENAMENTO DO TERRITORIO	Avalia a compatibilização da proposta com os instrumentos de gestão territorial e a proposta de ocupação do solo do Plano com o equilíbrio entre o espaço urbano/espaço rural.
RISCOS NATURAIS	Avaliar de que forma as acções propostas no PPATM contribuem para a prevenção e minimização de ocorrência de riscos naturais, nomeadamente riscos de erosão, de cheias e de inundações por mar.
QUALIDADE AMBIENTAL	Avaliar o contributo da proposta do PPATM na melhoria da qualidade física do ambiente nas vertentes água, ruído, solo e resíduos conducentes à salvaguarda da saúde humana e ambiental. Avaliar igualmente o contributo da proposta do PPATM na salvaguarda do sítio da Rede Natura 2000, na prevenção da fragmentação dos habitats, promoverem o <i>Contium naturale</i> , asseguram a existência de uma rede adequada de áreas favoráveis à manutenção da biodiversidade.
VALORIZAÇÃO PAISAGISTA E CULTURAL	Avaliar o contributo da proposta do PPATM para a salvaguarda e valorização da paisagem e valores patrimoniais.

A cada FCD, associam-se os critérios e um conjunto selectivo de indicadores robustos e mensuráveis, que permitiram estruturar e objectivar a AAE, isto é, permitiram por um lado avaliar e obter uma apreciação ambiental e de sustentabilidade das propostas do plano e por outro desenvolver um programa de monitorização para acompanhar e avaliar os efeitos no ambiente com a implementação do plano.

5. AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

A avaliação ambiental e de sustentabilidade da proposta do PPATM integra as seguintes etapas de análises por FCD (Figura 2):



Figura 2 – Metodologia de Avaliação Estratégica por FCD.

Etapa 1 - Análise de tendências

Nesta etapa de trabalho, são analisadas as perspectivas, oportunidades e constrangimentos de evolução e de desenvolvimento territorial na área de intervenção do PPATM.

A súmula da análise de tendências resulta numa matriz SWOT, por FCD, dando uma indicação sobre oportunidades e ameaças que a tendência actual de desenvolvimento pressupõe, não tendo em conta as opções estratégicas do PPATM.

Etapa 2 – Análise Oportunidades e riscos

Neste domínio de análise são identificadas as acções ou intervenções a desenvolver com a implementação do plano e que são susceptíveis de gerar impactes significativos no ambiente, permitindo assim assinalar as oportunidades e riscos decorrentes da implementação do plano.

Etapa 3 – Definição do Programa de Seguimento

- **Medidas e recomendações de seguimento**
- **Quadro de governança**

O estabelecimento de medidas e recomendações de seguimento resultam da avaliação das oportunidades e riscos decorrentes da implementação do PPATM e dividem-se em duas categorias:

- **Medidas e recomendações de planeamento e gestão** a serem integradas directamente na proposta do PPATM.
- **Medidas e recomendações de monitorização** com o objectivo de avaliar o desempenho ambiental e identificar atempadamente efeitos negativos decorrentes da implementação do PPATM.

O **Quadro de governança** para acção é fundamental para o sucesso da implementação do PPATM uma vez que o êxito deste plano não está somente dependente da entidade promotora, mas igualmente de um conjunto de entidades, que através das suas acções, contribuem directa ou indirectamente para essa finalidade.

5.1 ANÁLISE TENDENCIAL

A caracterização da situação actual e tendencial foi estruturada por FCD permitindo identificar uma situação geral positiva no que respeita ao ambiente da área do PPATM.

Para a clarificação e sintetização da análise tendencial de cada um dos FCD foi efectuada uma análise SWOT específica, onde se mencionam os respectivos aspectos mais relevantes.

Quadro 5.1 - Análise SWOT da situação tendencial para o FCD do Desenvolvimento Sócio-Económico

Pontos fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de uma grande diversidade de oferta turística de qualidade na área de implantação do PP e sua envolvente, incluindo turismo balnear (praias), termal (Termas do Vimeiro, Termas das caldas da Rainha), cultural (patrimonial, gastronómico, enoturismo) ou de natureza (ecoturismo). ▪ Localização contígua com a área de desenvolvimento turístico prevista no Plano de Pormenor de Santa Rita e Porto Novo (em estudo). ▪ Proximidade a Lisboa (cerca de 70km – 1hora) ▪ Boas acessibilidades rodoviárias (proximidade de ligação à A8) ▪ Tendência de evolução positiva da população residente no concelho de Torres Vedras 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzido dinamismo da actividade turística no concelho de Torres Vedras. ▪ Pouca diferenciação da oferta turística, comparativamente à que se verifica em áreas turísticas próximas. ▪ Perda de importância do "termalismo" como produto turístico de qualidade nas últimas décadas (embora com sinais de retoma nos anos mais recentes) ▪ Concorrência directa dos estabelecimentos turísticos "não classificados" ▪ Localização afastada da orla costeira, não podendo beneficiar do acesso directo às praias, embora beneficiando duma situação da chameira geográfica entre a costa e o interior. ▪ Baixo nível de instrução geral da população. ▪ Tendência de envelhecimento populacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proximidade de áreas turísticas com forte dinamismo e potencial (áreas da Grande Lisboa, da linha de Cascais/Estoril/Sintra e da Região do Oeste). ▪ Existência de uma boa resposta por parte da procura ao aumento da oferta turística. ▪ Possibilidade de captação de efeitos sinérgicos com os investimentos previstos na área do PP de Santa Rita e Porto Novo ▪ Potencial para captação de benefícios decorrentes do desenvolvimento do nicho turístico do termalismo. ▪ Integração em espaços que oferecem um conjunto diversificado de recursos para o recreio, o lazer e o desporto. ▪ Possível melhoria das acessibilidades rodoviárias, no caso de concretização do IC11. ▪ Além da facilidade de acesso automóvel a Torres Vedras e Lisboa, a UOPG2 tem o acesso directo a um conjunto de aglomerado urbano (Maceira) e uma unidade hoteleira (hotel Golfe Mar) com os quais pode estabelecer importantes relações através da utilização de serviços de proximidade. ▪ As intervenções localizam-se em zona de Aptidão Turística 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fraca capacidade de promoção da região como pólo de atracção turística ▪ Concorrência directa de outras áreas turísticas nas proximidades, com ofertas semelhantes e dinamicamente activas.

Quadro 5.2 - Análise SWOT da situação tendencial para o FCD Ordenamento do Território

Pontos fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presença de valores patrimoniais, paisagísticos e ecológicos, destacando-se o Balneário da Fonte dos Frades, Rede Natura 2000 e as Praias de Porto Novo e Santa Rita na envolvente ▪ Proximidade à cidade de Torres Vedras ▪ Ciclovia que liga Porto Novo à Praia de Santa Rita ▪ Boas condições fisiográficas e climáticas para fomentar a circulação pedonal e ciclável ▪ Área servida por diversos equipamentos de segurança e saúde na envolvente 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Território expectante e ausência de estruturação ▪ Desvalorização da oferta turística ▪ Acessibilidade pedonal deficiente ▪ Acessibilidades e estacionamentos pouco valorizados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Complementar a oferta turística promovendo a articulação com os usos e funções existentes na envolvente, ▪ nomeadamente com os aglomerados urbanos próximos. ▪ Criar condições favoráveis à valorização e preservação de habitats e espécies integrados na rede Natura 2000 ▪ Valorização das acessibilidades e estacionamentos ▪ Criação de infra-estruturas que incentivem à utilização da bicicleta e o andar a pé 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da desqualificação da oferta turística. ▪ Desvalorização dos espaços integrados na Rede Natura 2000

Quadro 5.3 - Análise SWOT da situação tendencial para o FCD Riscos Naturais

Pontos fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
<p>Baixo risco de inundação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Risco geológico ▪ Instabilidade das arribas ▪ Proximidade ao mar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diminuição do risco de desmoronamento das arribas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desmoronamento das arribas ▪ Subida do nível do mar

Quadro 5.4 - Análise SWOT da situação tendencial para o FCD Qualidade Ambiental

Pontos fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ausência de ameaças significativas à qualidade ambiental, tais como qualidade do ar e ruído ▪ Presença de áreas agrícolas e florestais ▪ Presença do Rio Alcabrichel ▪ Presença do sítio da rede Natura 2000 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualidade da água superficial no rio Alcabrichel ▪ Rio Alcabrichel poluído com degradação de biótopo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão eficiente da água e dos resíduos ▪ Criação de uma rede favorável à promoção da Biodiversidade ▪ Criar condições de valorização e preservação de comunidades naturais integrados na rede Natura 2000 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contaminação dos aquíferos ▪ Salinização ▪ Inundação ▪ Contaminação do solo ▪ Manutenção e agravamento da poluição do Rio Alcabrichel. ▪ Degradação das comunidades naturais integradas na rede Natura 2000

Quadro 5.5 - Análise SWOT da situação tendencial para o FCD Valorização Paisagista e Cultural

Pontos fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Riscos
<ul style="list-style-type: none">▪ Pouca pressão urbanística sobre a paisagem.▪ Praias de Porto Novo e Santa Rita na envolvente▪ Presença de valores patrimoniais e paisagísticos, como as termas da Fonte dos Frades▪ Presença do Rio Alcabrichel▪ Vistas panorâmicas	<ul style="list-style-type: none">▪ Degradação da qualidade paisagística motivada pela desqualificação e desvalorização dos espaços	<ul style="list-style-type: none">▪ Melhoria da qualidade paisagística da área de intervenção com intervenções adequadas e integradas na paisagem local	<ul style="list-style-type: none">▪ Continua situação de desqualificação com agravamento na degradação da qualidade paisagística





5.2 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE OPORTUNIDADES E RISCOS E RECOMENDAÇÕES DE PLANEAMENTO

No Relatório Ambiental da AAE apresenta-se a identificação detalhada dos efeitos, oportunidades e riscos do PPATM em cada um dos FCD seleccionados e uma síntese da avaliação contemplando a análise comparativa dos mesmos tendo em consideração 2 cenários:


- Cenário 1 - Avaliação dos efeitos associados à alternativa zero, ou seja, à não implementação do PP, tendo por base a análise da situação actual, efectuada para cada FCD;
- Cenário 2 - Avaliação dos efeitos associados à implementação da proposta do PP.

No presente Resumo Não-Técnico sintetizam-se os principais resultados desta avaliação e correspondentes recomendações de planeamento, estruturados por FCD.


Quadro 2 - Quadro Síntese das oportunidades e riscos

FCD	Critérios	Oportunidades e Riscos		Recomendações de planeamento
		Cenário 1 – Avaliação sem implementação do PP	Cenário 2 – Avaliação com a implementação do PP	
DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO	Turismo	 <ul style="list-style-type: none"> Baixa capacidade de atracção de investimentos turísticos nestas áreas Aprofundamento do isolamento e da desintegração regional ao nível das iniciativas de desenvolvimento do sector do turismo na Região Oeste 	 <ul style="list-style-type: none"> Oportunidade para surgimento de uma oferta turística de qualidade Aumento da integração regional do sector do turismo Captação de efeitos sinérgicos com o PPATM 	<p>Maximizar a integração das iniciativas de desenvolvimento turístico em curso no âmbito do PPATM com as estratégias e iniciativas de âmbito regional. Como exemplo, apontam-se algumas iniciativas já propostas ou em concretização, conforme identificadas pela Associação Industrial da Região do Oeste (AIRO, 2006): Rota do Vinho, Rota da Cerâmica, Rota de Wellington.</p> <p>Recomenda-se também que sejam tomadas medidas a implementar nas fases seguintes de desenvolvimento, concretização e exploração dos investimentos previstos no PPATM destinadas a maximizar a captação dos benefícios económicos e sociais gerados pelos projectos ao nível local e/ou regional. Para isso, recomenda-se que nessas fases seja dada preferência à contratação de recursos humanos oriundos da região, bem como ao aproveitamento de bens e serviços provenientes da região.</p> <p>São ainda de recomendar todas as acções e iniciativas que possam contribuir para um processo de seguimento das estratégias de desenvolvimento económico e turístico previstas ao nível do PP, tendo em conta a avaliação da sua consistência, integração e concordância com eventuais iniciativas de âmbito regional que venham a ser desenvolvidas, nomeadamente ao nível da Região Oeste.</p>
	Emprego e Coesão Social	 <ul style="list-style-type: none"> Manutenção da actual situação em termos de emprego Fraca dinamização social e económica 	 <ul style="list-style-type: none"> Aumento do emprego e coesão social Qualificação dos recursos humanos Dinamização social e económica Surgimento de novos negócios e oportunidades comerciais Instalação de redes de infra-estruturas de serviços básicos 	

FCD	Critérios	Oportunidades e Riscos		Recomendações de planeamento
		Cenário 1 – Avaliação sem implementação do PP	Cenário 2 – Avaliação com a implementação do PP	
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	Ocupação do território	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Território expectante e ausência de estruturação ▪ Desvalorização da oferta turística ▪ Acessibilidade pedonal deficiente ▪ Acessibilidades e estacionamento pouco valorizados 	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cumprimento do definido para UOPG2 do PDM-TV ▪ Oferta turística promovendo a articulação com os usos e funções existentes na envolvente, nomeadamente com os aglomerados urbanos próximos. ▪ Condições favoráveis à valorização e preservação de habitats e espécies integrados na rede Natura 2000 ▪ Valorização das acessibilidades e estacionamento ▪ Valorização dos modos suaves 	<p>Deverão ser garantidas soluções de projecto adequadas para as infra-estruturas, no sentido de garantir que estas não venham a constituir riscos de interferência ou contaminação do recurso geológico.</p> <p>Deverá ter-se especial atenção ao uso de pesticidas e fertilizantes, de modo a evitar a contaminação das águas subterrâneas, nomeadamente com substâncias perigosas (classificadas na lista I e II da Directiva 76/464/CEE) e nutrientes.</p> <p>No Campo de Golfe deverá ser minimizada a aplicação de fertilizantes e pesticidas a quantidades estritamente necessárias, evitando o uso intensivo destes produtos.</p> <p>Em todos os espaços públicos deverão ser garantidas soluções de projecto adequadas à lei das acessibilidades</p>
	Acessibilidades e Mobilidade	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acessibilidade pedonal deficiente ▪ Acessibilidades e estacionamento pouco valorizados 	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização das acessibilidades e estacionamento ▪ Melhoria da acessibilidade pedonal 	
RISCOS NATURAIS	Risco de erosão	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Praticamente sem alteração 	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diminuição do risco de desmoronamento das arribas 	<p>Recomenda-se que sejam tomadas medidas que evitem o acelerar do recuo da costa, por aumento dos fenómenos de evolução das arribas. Como exemplo, apontam-se algumas iniciativas, tais como evitar a utilização de caminhos junto às cristas vedando o acesso a veículos todo-o-terreno e aos peões, por razões de segurança, e evitar a drenagem das águas pluviais pelas falésias.</p>
	Risco de cheia	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sem alteração 	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento do risco de cheia induzido pela impermeabilização do espaço interfluvial, embora pouco significativo 	
	Risco associado às águas do mar	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sem alteração 	 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sem alteração 	

FCD	Critérios	Oportunidades e Riscos		Recomendações de planeamento
		Cenário 1 – Avaliação sem implementação do PP	Cenário 2 – Avaliação com a implementação do PP	
QUALIDADE AMBIENTAL	Recursos hídricos	 <ul style="list-style-type: none"> Na rede hidrográfica não são previsíveis alterações 	 <ul style="list-style-type: none"> Provável aumento da qualidade da água resultante do ordenamento das bacias hidrográficas 	<p>Um território ordenado pode constituir uma mais valia para a preservação da ambiente, nomeadamente se as actividades humanas forem planeadas e compatibilizadas com os valores naturais, pelo que se recomenda a implementação das medidas preconizadas no Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água e que sejam implementados sistemas de gestão ambiental e de certificação ambiental do empreendimento Villas do Golf Mar, do Aldeamento Turístico da Maceira, do Hotel Apartamento e das Termas da Fonte dos Frades.</p> <p>Recomenda-se complementar e acautelar um cuidado especial na protecção/preservação dos habitats prioritários, assegurando a sua não afectação, (em especial na fase de construção, durante a qual é maior a probabilidade de ocorrerem situações acidentais – ou não – potencialmente danosas). Tal pode ser conseguido com o estabelecimento de uma faixa costeira de protecção junto ao seu limite, na forma de uma barreira física (devidamente enquadrada na paisagem), assegurando a sua protecção efectiva.</p> <p>Recomenda-se a preservação na maior extensão possível da vegetação natural existente (incluindo povoamentos arbóreo-arbustivos);</p> <p>Recomenda-se a utilização exclusiva de espécies da flora autóctone;</p> <p>Recomenda-se a criação e/ou manutenção de áreas com vegetação densa para abrigo de fauna;</p> <p>Recomenda-se que na área agrícola a interencionar, sejam mantidas algumas bolsas da vegetação original que potenciem a ocorrência de espécies de anfíbios.</p>
	Solo	 <ul style="list-style-type: none"> Provável risco de contaminação do solo 	 <ul style="list-style-type: none"> Diminuição do risco de contaminação do solo 	
	Resíduos	 <ul style="list-style-type: none"> Sem alteração 	 <ul style="list-style-type: none"> Melhoria no sistema de recolha e selecção dos resíduos produzidos 	
	Ar	 <ul style="list-style-type: none"> Sem alteração 	 <ul style="list-style-type: none"> Diminuição da qualidade do ar, essencialmente na fase de obra resultante da emissão de poeiras 	
	Ruído	 <ul style="list-style-type: none"> Sem alteração 	 <ul style="list-style-type: none"> Acréscimo pouco significativo do nível de ruído, resultante do aumento de tráfego 	

FCD	Critérios	Oportunidades e Riscos		Recomendações de planeamento
		Cenário 1 – Avaliação sem implementação do PP	Cenário 2 – Avaliação com a implementação do PP	
QUALIDADE AMBIENTAL	Estrutura Ecológica e valorização de áreas classificadas	 <ul style="list-style-type: none"> Manutenção e agravamento da poluição do Rio Alcabrichel com destruição de habitats para fauna e flora Degradação das comunidades naturais integradas na rede Natura 2000 	 <ul style="list-style-type: none"> Criação de uma rede favorável à promoção da Biodiversidade Criação de condições de valorização e preservação de comunidades naturais integrados na rede Natura 2000 	Nos projectos a realizar garantir a constituição de uma estrutura Ecológica organizada tanto quanto possível por corredores e manchas de conectividade ecológica, sejam ao longo das vias de acesso como na criação dos diversos espaços verdes. Recomenda-se a preservação tanto quanto possível da vegetação existente e a consolidação e plantação de vegetação com espécies autóctones ou tradicionais da paisagem por serem preponderantes na manutenção do potencial genético, em estratégias de manutenção dos espaços verdes, como na diminuição de consumos de água para a rega.
PAISAGEM E IDENTIDADE CULTURAL	Paisagem e identidade cultural	 <ul style="list-style-type: none"> Contínua situação de desqualificação com agravamento na degradação da qualidade paisagística 	 <ul style="list-style-type: none"> Melhoria da qualidade paisagística da área de intervenção com intervenções adequadas e integradas na paisagem local 	<p>Como normas básicas de projecto e intervenção recomenda-se a utilização de vegetação bem adaptada edafoclimaticamente (preferencialmente espécies autóctones), estratégias de diminuição de consumos de água de rega, utilização de materiais vegetais, inertes e equipamentos resistentes e de boa qualidade, e a preferência por pavimentos permeáveis ou semi-permeáveis, com utilização de materiais naturais.</p> <p>Manutenção e recuperação nas áreas onde tal se mostre necessário da vegetação ripícola existente ao longo do Rio Alcabrichel, seja ao nível do coberto arbóreo ou de sub-cobertos arbustivos e herbáceos, garantindo o funcionamento ecológico destas linhas de água e margens, proporcionando condições de desenvolvimento da fauna e flora e criando uma estrutura Ecológica que se prolonga para a envolvente.</p> <p>Recomenda-se a definição clara das áreas a serem intervencionadas, incluindo o seu perímetro, de forma a conter quaisquer intervenções negativas em elementos importantes da paisagem, como sejam as arribas, as linhas de água e galerias ripícolas.</p> <p>Recomenda-se a elaboração de projectos concertados para todo o conjunto turístico e residencial que visem a adequada integração harmoniosa dos mesmos na paisagem considerando aspectos como a forma, cor e materiais.</p>

 Risco
 Manutenção
 Oportunidade

O número de setas é proporcional à intensidade da evolução (1 – fraca; 2 – forte).

5.3 MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES DE MONITORIZAÇÃO

O seguimento é uma fase essencial da avaliação ambiental estratégica, permitindo, nomeadamente, confirmar incertezas, detectar situações inesperadas e assegurar o cumprimento das recomendações de planeamento. As recomendações inerentes ao plano de monitorização ambiental permitem o controlo e avaliação continua a levar acabo durante a fase de implementação e vigência do plano.

Neste sentido, é recomendado, para cada FCD, um plano de monitorização que se apresenta no quadro que se segue:

Quadro 5.7 - Recomendações para o programa de monitorização

FCD	Critérios	Objectivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Periodicidade	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados
DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO	Turismo	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar um bom nível de procura nas unidades turísticas a instalar Evitar a sazonalidade da procura Capta procura por mercados estrangeiros Assegurar a observância de padrões de qualidade exigentes 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar a evolução da actividade turística, bem como a sua diversificação e requalificação Implementar sistemas de controlo de Qualidade dos serviços prestados pelas unidades a instalar Monitorizar as acções de divulgação turística 	Taxa de ocupação	Anual	<ul style="list-style-type: none"> Unidades turísticas instaladas na área do PPATM
				Grau de satisfação dos clientes/utentes dos equipamentos turísticos	Anual	
				% De dormidas em época alta	Anual	
				% De hóspedes estrangeiros	Anual	
				N.º de acções de divulgação das actividades turísticas	Anual	
				N.º de pessoas que tomaram conhecimento da oferta turística mediante as acções de divulgação implementadas	Anual	
	Emprego e Coesão Social	<ul style="list-style-type: none"> Gerar emprego e aumentar o número de postos de trabalho qualificado Promover a integração de recursos humanos locais Dar preferência ao recurso a bens e serviços locais 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar o desenvolvimento económico da área do PP, nomeadamente ao nível dos efeitos sobre o emprego e a qualificação dos recursos humanos Acompanhar o grau de integração económica no contexto regional e a sua contribuição para o desenvolvimento económico e social da região 	N.º total de trabalhadores	Anual	<ul style="list-style-type: none"> Empresas instaladas na área do PPATM
				% De funcionários provenientes da região	Anual	
				% De aquisições de bens e serviços efectuadas com empresas da região	Anual	

FCD	Critérios	Objectivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Periodicidade	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	Ocupação do Território	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o equilíbrio sustentável dos usos e funções do território 	<ul style="list-style-type: none"> Recomenda-se o acompanhamento da aplicação de fertilizantes e pesticidas garantindo as quantidades estritamente necessárias; Recomenda-se o acompanhamento da gestão dos resíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de fertilizante de acordo com as necessidades requeridas; Produção e captação de resíduos urbanos Taxa de resíduos urbanos recolhidos selectivamente Área de cobertura da rede de recolha de resíduos urbanos existente e programada, bem como a qualidade e proximidade dos postos de recolha à população; 	<ul style="list-style-type: none"> Semestral 	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal
	Acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma mobilidade mais "sustentável" libertando os espaços de interesse natural e paisagístico dos impactes do tráfego dos veículos motorizados. Assegurar as condições de acessibilidade das zonas turísticas aos equipamentos de segurança e saúde Acessibilidade no espaço público (cumprimento da lei das acessibilidades) Assegurar o dimensionamento adequado dos estacionamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> Recomenda-se o acompanhamento da qualidade da acessibilidade, nomeadamente no que respeita a mobilidade sustentável, acessibilidade em espaço público e oferta de estacionamentos; Acompanhamento das condições de acessibilidade das zonas turísticas aos equipamentos de segurança e saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de km de percursos cicláveis e pedestres; Índice de Conectividade pedonal e ciclável Tempos de trajectos a: hospital, centro de saúde e a outros cuidados como, farmácia, bombeiros, polícia/GNR, salvamento de náufragos, etc; N.º de incumprimentos da lei de Acessibilidades por troço ou por área de cada unidade do espaço público (incluindo parques de estacionamento públicos); N.º de estacionamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> Anual 	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal Estradas de Portugal, EP

FCD	Critérios	Objectivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Periodicidade	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados
RISCOS NATURAIS	Risco de erosão	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a estabilidade das encostas 	<ul style="list-style-type: none"> Controlo da evolução 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de resistência à desintegração (desgaste) das rochas Índice de resistência à rotura das rochas 	<ul style="list-style-type: none"> Anual 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto da Água ARH Tejo
	Risco de cheia	<ul style="list-style-type: none"> Ordenamento hídrico das bacias hidrográficas 	<ul style="list-style-type: none"> Estações hidrométricas nas principais linhas de água 	<ul style="list-style-type: none"> Níveis de cheia 	<ul style="list-style-type: none"> Registo contínuo 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto da Água ARH Tejo
	Risco associado às águas do mar	<ul style="list-style-type: none"> Controlo do grau de ameaça 	<ul style="list-style-type: none"> Medição do nível do mar 	<ul style="list-style-type: none"> Nível do mar 	<ul style="list-style-type: none"> Anual 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto da Água ARH Tejo
QUALIDADE AMBIENTAL	Recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a qualidade da água, em função do uso, de acordo com a legislação 	<ul style="list-style-type: none"> Implementar sistemas de controlo da qualidade da água 	<ul style="list-style-type: none"> Parâmetros indicados na legislação 	<ul style="list-style-type: none"> Semestral 	<ul style="list-style-type: none"> INAG ARH Tejo
			<ul style="list-style-type: none"> Obtenção contínua de informação sistemática actualizada relativa a ao meio receptor dos efluentes 	<ul style="list-style-type: none"> Volumes de água rejeitados para o meio receptor Cargas poluentes à entrada e à saída da ETAR Nível de tratamento efectuado na ETAR 	<ul style="list-style-type: none"> Mensal 	
	Solo	<ul style="list-style-type: none"> Evitar acções de contaminação do solo 	-	-	-	-
Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> Promover a recolha selectiva dos resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento do sistema de recolha 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de rejeitadas na triagem Taxa de reciclagem de embalagens Taxa de recolha selectiva líquida Taxa de resíduos urbanos enviados para unidades de tratamento de resíduos perigosos (frigoríficos, pilhas, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> Semestral 	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal 	

FCD	Critérios	Objectivos de sustentabilidade	Medidas e recomendações de monitorização	Indicadores	Periodicidade	Fontes de informação e entidades associadas ao fornecimento de dados
QUALIDADE AMBIENTAL	Ar	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o cumprimento dos limites legais impostos pela legislação 	<ul style="list-style-type: none"> Medição da Concentração dos poluentes atmosféricos 	<ul style="list-style-type: none"> Concentração dos poluentes atmosféricos 	<ul style="list-style-type: none"> Anual 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Portuguesa do Ambiente
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o cumprimento dos limites legais impostos pela legislação 	<ul style="list-style-type: none"> Medição dos níveis de ruído 	<ul style="list-style-type: none"> Nível de ruído Lden e Ln 	<ul style="list-style-type: none"> Trimestral, na semana que se efectuar as medições deverá ser 1 no dia útil e outro no fim de semana, nos períodos diurno, entardecer e nocturno. 	<ul style="list-style-type: none"> Mapa de ruído Câmara Municipal
	Estrutura Ecológica e valorização de áreas classificadas	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a existência de uma rede adequada de áreas favoráveis à manutenção da biodiversidade; 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorização da qualidade das áreas afectas a uma adequada manutenção da biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> Área da Estrutura Ecológica do plano; Número de habitats; Nº de espécies da fauna e flora. Área da Rede Natura 2000 	<ul style="list-style-type: none"> Bianual 	<ul style="list-style-type: none"> Universidades, ICNB e CMTV
PAISAGEM E IDENTIDADE CULTURAL	Paisagem e identidade cultural	<ul style="list-style-type: none"> Salvaguardar o carácter e a qualidade da paisagem. 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorização da qualidade dos espaços verdes, espaços de uso público, qualidade da rede viária, degradação das fachadas dos edifícios 	<ul style="list-style-type: none"> Área de espaços verdes, espaços de uso público degradados; Km de rede viária em mau estado; Nº de edifícios degradados; N.º de áreas abandonadas; % de fruição das áreas de espaços verdes e espaços de uso público; N.º de painéis com informação relevante, incluindo a cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> Bianual 	<ul style="list-style-type: none"> CM TV Juntas de Freguesias da Maceira e A dos Cunhados Outros promotores

5.4 QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A ACÇÃO

Quadro de Governança para o PPATM é destinado a apresentar o conjunto de entidades que, através das suas acções, contribuem directa ou indirectamente para assegurar o cumprimento das Medidas e Recomendações de Seguimento propostas.

Entidades	Acções a desenvolver
Turismo de Portugal (DGT)	<ul style="list-style-type: none"> Integração dos espaços e equipamentos previstos no PPATM nas acções de promoção turística da Região Oeste, seja em nichos de mercado especiais (termalismo, Golf, ecoturismo, hipismo, talassoterapia, enoturismo, ...), ou iniciativas de promoção específicas (rota do vinho rota da cerâmica, etc.)
CCDR-LVT	<ul style="list-style-type: none"> Actualizar as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais. Manter actualizadas as orientações e assegurar o cumprimento dos princípios de protecção e valorização ambiental, nomeadamente no que se refere aos regimes ecológicos da RAN e da REN.
ICNB	<ul style="list-style-type: none"> Implementar sistemas de monitorização dos habitats e espécies protegidas ou com interesse para a conservação. Manter actualizadas as orientações e assegurar o cumprimento dos princípios de protecção e valorização ambiental.
Instituto da Água	<ul style="list-style-type: none"> Ordenamento hídrico das bacias hidrográficas Sondagens e ensaios de deslizamento
ARH Tejo	<ul style="list-style-type: none"> Ordenamento hídrico das bacias hidrográficas Sondagens e ensaios de deslizamento Promover a preservação da Ribeira de Alcabrichel e área envolvente Promover a recuperação e revitalização de áreas verdes de valor ecológico e de novas áreas verdes.
APA	<ul style="list-style-type: none"> Implementar sistemas de monitorização da qualidade do ar e do ruído
Câmara Municipal de Torres Vedras	<ul style="list-style-type: none"> Integração dos espaços e equipamentos previstos no PPATM nas acções de promoção turística da Região Oeste, seja em nichos de mercado especiais (termalismo, Golf, ecoturismo, hipismo, talassoterapia, enoturismo,...), ou iniciativas de promoção específicas (rota do vinho rota da cerâmica, etc.) Manter o diálogo institucional com as várias escalas de planeamento supra municipal Monitorizar o incumprimento da Lei das Acessibilidades Implementar, gerir e monitorizar as acções do Plano Garantir a gestão e manutenção dos espaços públicos Garantir a boa acessibilidade aos equipamentos de segurança e saúde Adequar as infra-estruturas e os serviços ao nível de procura Manter actualizadas as orientações e assegurar o cumprimento dos princípios de protecção e valorização ambiental Implementar, gerir e monitorizar as acções do Plano Implementar sistemas de monitorização da qualidade do ar e do ruído Promover a preservação da Ribeira de Alcabrichel e área envolvente Promover a recuperação e revitalização de áreas verdes de valor ecológico e de novas áreas verdes. Promover projectos qualificadores da paisagem Assegurar a manutenção dos espaços verdes

Entidades	Acções a desenvolver
Estradas de Portugal, EP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir a gestão e monitorização do tráfego
Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestre	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenar e monitorizar os serviços de transportes terrestres.

6. CONCLUSÃO

Com a concretização do PPATM prevê-se uma série de oportunidades significativas para o desenvolvimento sócio-económico local, nomeadamente ao nível do aumento e requalificação da oferta turística, da dinamização social e económica, do emprego e da coesão social, contrariando uma situação de subaproveitamento dos recursos e do potencial turístico e económico desta área, impedindo os riscos associados às pressões da edificação desordenada, abandono agrícola e degradação dos espaços, com os consequentes efeitos negativos no FCD Qualidade Ambiental, em especial ao nível dos Solos e dos Resíduos, e no FCD Paisagem e Identidade Cultural.

o PPATM afigura-se como uma oportunidade para corrigir algumas deficiências ligadas à área de intervenção e contribuir para um desenvolvimento local e municipal planeado e estruturado segundo objectivos e componentes de sustentabilidade ambientais.

Pela análise da proposta regulamentar do plano é possível constatar a possibilidade de construção de um campo golfe em áreas de “Enquadramento e valorização Paisagística”. Estas áreas coincidem com o Sítio Peniche-Santa Cruz, classificado ao abrigo da Directiva Habitats e incluído na 2ª Fase da Lista Nacional de Sítios (Resolução do Conselho de Ministros nº 76/2000), no âmbito da Rede Natura 2000.

O artigo 10 Decreto-Lei 49/2005 de 24 de Fevereiro refere que quaisquer acções, planos ou projectos não relacionados com a gestão de um SIC ou ZPE e susceptíveis de afectar essa zona de forma significativa devem ser objecto de avaliação de incidências ambientais no que se refere aos objectivos de conservação da referida zona. A avaliação, neste caso, configura o procedimento de uma avaliação de impacte ambiental, no âmbito do n.º 3 do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de

Novembro, encontrando-se o projecto tipificado na alínea f), do ponto 12, do anexo II do referido diploma.

Cumprе salientar que o Plano regulamenta a instalação dos campos de golfe apontando para a diversos aspectos a ter em conta e que contribuem para a conservação dos habitats e espécies integrados na rede Natura 2000.

O Plano propõe, a acima de tudo, um ordenamento coerente de forma a salvaguardar os estes valores naturais e a acautelar as pressões sobre eles exercidos, nomeadamente a criação de condições de valorização e preservação das comunidades naturais. Destaca-se o ordenamento das construções, do aldeamento turístico e das villas, dos acessos viários, e da circulação pedonal com salvaguarda das áreas de maior risco geológico ou fragilidade de habitats em áreas naturais.

Por outro lado, o Plano apresenta como uma das prioridades o combate a espécies não autóctones de carácter invasor, nomeadamente o *Carpobrotus edulis*, facto que impede o (re)estabelecimento da flora nativa, provocando assim o seu desaparecimento.

O PPATM evidencia a oportunidade de corrigir situações conflituosas ao nível dos Riscos Naturais e da Qualidade Ambiental, nomeadamente ao nível do risco de erosão das arribas, do ordenamento, do usos do solo e da recolha e tratamento dos resíduos.

Por fim, a proposta configura um mosaico de ocupações variadas no território em que as funções urbanísticas e de desenvolvimento turístico em harmonia com outras funções de protecção e conservação, garantem a diversidade e a funcionalidade da paisagem.